

ANÁLISE DO DOCUMENTO BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E DA PRESENÇA DA TECNOLOGIA NA ÁREA EDUCACIONAL

Mauricio dos Reis Brasão, FEESU/UNIPAC-UNIUBE,
mbrasao@gmail.com

Agência financiadora: CNPQ/FAPEMIG

Resumo

Os avanços tecnológicos da atualidade têm provocado um amplo debate sobre as transformações nas formas de comunicação, na organização do trabalho, na pesquisa e na consequente formação de cidadãos conectados ao seu tempo histórico. Assim objetivamos trazer resultados de pesquisa junto à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em relação à temática educação e tecnologia. O referencial teórico se alicerça nos estudos de Moran, Masetto, Kensky, Lévy, entre outros. Metodologicamente, é uma pesquisa bibliográfica. Os estudos revelam que os estudantes devem desenvolver competências gerais, que incluem o exercício da curiosidade intelectual, o uso das tecnologias digitais de comunicação e a valorização da diversidade.

Palavras-chave: Avanços tecnológicos. Educação e Tecnologia. Produção Científica.

Introdução

Com vínculo ao projeto temático “Perspectivas Interdisciplinares na Educação”, do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Uberaba, propomos uma análise sobre o tema tecnologia e educação que se desvelam na Base Nacional Comum Curricular, na qual o fenômeno passa a ser analisado. Com o estudo, objetiva-se ampliar não apenas o conhecimento sobre o que se tem estudado na área, mas também o modo como são realizados tais estudos e sua materialização em gêneros do universo acadêmico.

Elucidamos a importância do processo de evolução da ciência quanto à ordenação do conjunto de informações e resultados já obtidos, bem como a indicação das possibilidades de integração de diferentes perspectivas e vieses, considerando-se as tecnologias no contexto da BNCC.

Dessa forma, o conhecimento em tecnologia e educação tanto pode alimentar como (re)definir passos norteadores de nossa tese em construção, o que, indubitavelmente, constitui uma profícua fonte para a produção da mesma. Parafraseando Edmund Husserl, “Eu existo, e tudo o que não sou eu, é um mero fenômeno que se dissolve em ligações fenomenais”, sendo essas ligações entre o nós, a educação e a tecnologia, uma tessitura em constante movimento.

Metodologia

O procedimento metodológico adotado, considerando os objetivos propostos, é uma pesquisa bibliográfica, ou seja, “o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral” (VERGARA, 2009, p. 43).

Dessa forma, buscamos compreender os passos da investigação a partir do conhecimento e da compreensão relacionados ao objeto de nossa pesquisa – educação e tecnologia presentes na BNCC.

Resultados

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) constitui um documento normativo que expõe o composto orgânico e progressivo de aprendizagens primordiais que todos os alunos devem desenvolver durante as etapas e modalidades da Educação Básica. Especificamente, educação é uma prática social cuja finalidade é o desenvolvimento do que na pessoa

“pode ser aprendido entre os tipos de saber existentes em uma cultura, para a formação de tipos de sujeitos de acordo com as necessidades e exigências de sua sociedade, em um momento da história de seu próprio desenvolvimento” (BRANDÃO, 2007, p. 73).

A BNCC é aplicável à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) nos seguintes termos: “Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias”.

Guiada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN), a BNCC também aponta conhecimentos e competências que se almejam que os estudantes desenvolvam em sua vida escolar.

A BNCC, que é referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, adiciona-se às expectativas norteadoras da educação nacional para a formação humana completa e para a estruturação de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Ademais, a BNCC colabora para retificar outras políticas e ações nos planos federal, estadual e municipal, concernentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de

conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura oportuna ao pleno desenvolvimento da educação.

Neste aspecto, é necessário “cuidar do professor, porque todas essas mudanças só entram bem na escola se entrarem pelo professor, ele é a figura fundamental. Não há como substituir o professor. Ele é a tecnologia das tecnologias, deve se portar como tal” (VIEIRA, 2011, p. 134).

Anela-se que a BNCC contribua para suplantar a fragmentação das políticas educacionais, ensejando a consolidação do regime de auxílio entre as três esferas de governo, assim como seja balizadora da qualidade da educação, assegurando o direito dos estudantes a aprender e a se desenvolver de modo a concorrendo para o desenvolvimento pleno da cidadania.

A BNCC adota dez competências gerais, inter-relacionadas e que perpassam todos os componentes curriculares da Educação Básica, sobrepondo-se e interligando-se na construção de conhecimentos e habilidades e na formação de atitudes e valores. Uma dessas competências gerais é a utilização de tecnologias digitais de comunicação e informação “de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas do cotidiano (incluindo as escolares) ao se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas” (BNCC, 2016, p. 18).

Em se tratando das TICs, inquestionavelmente o uso da tecnologia impõe disposições inéditas ao processo de ensino-aprendizagem. Com isso, em suas práticas pedagógicas, o professor, além do giz e da lousa, precisa acrescentar novas tecnologias, novas metodologias e novos ambientes de aprendizagem.

É preciso considerar que as tecnologias, sejam elas novas (como o computador e a Internet) ou velhas (como o giz e a lousa) condicionam os princípios, a organização e as práticas educativas e impõem profundas mudanças na maneira de organizar os conteúdos a serem ensinados, as formas como serão trabalhadas e acessadas as fontes de informação e os modos, individuais e coletivos, como irão ocorrer as aprendizagens. (SILVA, 2010, p. 76)

Um dos significativos desafios enfrentados pelos professores brasileiros está na imprescindibilidade de saber laborar pedagogicamente com alunos e situações extremas:

Dos alunos que já possuem conhecimentos avançados e acesso pleno às últimas inovações tecnológicas aos que se encontram em plena exclusão tecnológica; das instituições de ensino equipadas com mais modernas tecnologias digitais aos espaços educacionais precários e com recursos mínimos para o exercício da função docente. O desafio maior, no entanto, ainda se encontra na própria formação profissional para enfrentar esses e tantos outros problemas (KENSKI, 2011, p. 104).

Por estarem inseridos em uma sociedade permeada de recursos tecnológicos, os alunos manipulam habilmente a tecnologia e a dominam com maior celeridade e desenvoltura que seus professores, e os alunos que pertencem a camadas menos apaniguadas “têm contato com recursos tecnológicos na rua, na televisão, etc., e sua percepção sobre tais recursos é diferente da percepção de uma pessoa que cresceu numa época em que o convívio com a tecnologia era muito restrito” (ALMEIDA, 2004, p. 106).

Nas salas de aula, os professores encontram alunos que convivem com as tecnologias digitais cotidianamente, tendo “contato com jogos complexos, navegam pela internet, participam de comunidades, compartilham informações, enfim, estão completamente conectados com o mundo digital” (JORDÃO, 2009, p. 10).

As TICs trouxeram avanços na área educacional, especialmente no Ensino Superior, com metodologias de ensino empregadas nos diferentes modos de materialização do currículo, de obtenção ou de conectar-se às informações para a consumação da aprendizagem (GESSER, 2012).

Moran et al. (2012) dilucida que as tecnologias não substituíram os professores, porém permitirão que inúmeras tarefas e funções dos mesmos possam ser transformadas.

É necessário que todos os segmentos da escola – alunos, professores, administradores e comunidades de pais – estejam preparados e suportem as mudanças educacionais necessárias para a formação de um novo profissional. Nesse sentido, a informática é um dos elementos que deverão fazer parte da mudança, porém essa mudança é mais profunda do que simplesmente montar laboratórios de computadores na escola e formar professores para utilização dos mesmos. (VIEIRA, 2011, p. 4)

As TICs não solucionam problemas que interferem no ensino-aprendizagem, contudo encontram-se retilmente vinculadas ao contexto pedagógico da escola, que, ao incorporá-las, favorecem a construção direta do conhecimento e permite determinar o prosseguimento do processo educativo.

Por sua vez, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 206, estabelece que: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei” (BRASIL, 1988).

A partir desse dispositivo, outras regulamentações foram concretizadas.

Os estudos ao longo do século XX no campo da gestão educacional/escolar no Brasil compreendem que o dirigente, especialmente o da escola, é um educador que tem a tarefa de coordenar o esforço coletivo desenvolvido na instituição, pois a gestão é, antes de tudo, a coordenação deste trabalho com vistas aos objetivos educacionais. (SOUZA, 2009, p. 87)

Tal gestor, pois, deverá estar em sintonia com as características técnicas do cargo, bem como do novo processo de construção de um sistema nacional de educação que concita uma gestão mais participativa e coletiva.

O envolvimento dos gestores escolares na articulação dos diferentes segmentos da comunidade escolar, na liderança do processo de inserção das TICs na escola em seus âmbitos administrativo e pedagógico e, ainda, na criação de condições para a formação continuada e em serviço dos seus profissionais, pode contribuir e significativamente para os processos de transformação da escola em um espaço articulador e produtor de conhecimentos compartilhados. (ALMEIDA, 2004, p. 2)

O gestor escolar, para concretizar estas expectativas, deve envolver-se com o processo de formação continuada quanto ao uso das TICs e mídias na educação, assumindo, portanto, a responsabilidade de incluir e socializar os novos recursos tecnológicos no ambiente escolar.

Inobstante, é preciso que a comunidade escolar vivencie tal processo de inclusão digital, “por intermédio de situações potencialmente pedagógicas e catalisadoras, que garantam a apropriação e a sustentabilidade dessas tecnologias, e principalmente, que permitam a autonomia da escola na gestão desse processo” (PRATA, 2002, p. 77).

Quanto à gestão educacional e os atributos do seu gestor, infere-se que

Gestão educacional corresponde ao processo de gerir a dinâmica do sistema de ensino como um todo e de coordenação das escolas em específico, afinando com as diretrizes e políticas educacionais públicas, para a implementação das políticas educacionais e projetos pedagógicos das escolas, compromissando com os princípios da democracia e com os métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo (soluções próprias, no âmbito de suas competências) de participação e compartilhamento (tomada conjunta de decisões e efetivação de resultados), autocontrole (acompanhamento e avaliação como retorno de informações) e transparências (demonstração pública de seus processos e resultados) (LUCK, 2011, p. 35-36).

Deste modo, escola e democracia “são temas interligados, polissêmicos e contraditórios. Percebe-se que o acesso à escola nem sempre foi considerado um direito de todos, assim como a própria democracia não necessariamente foi pensada para todos” (PAIXÃO; GUIMARÃES-IOSIF, 2014, p. 3).

Como política pública para os próximos dez anos da educação brasileira, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 apresenta indicadores para o uso das tecnologias na educação, a cultura digital, que é característica da sociedade contemporânea. Neste ponto, Lévy (2000) já considerava que a utilização das tecnologias dá origem a novas práticas sociais, principalmente como se produzir e consume informação. Essas práticas, segundo o autor,

interferem diretamente nos modos de pensamento e de valores, nas técnicas e atitudes dos indivíduos.

As políticas públicas educacionais desenvolvem-se e acompanham as transformações econômicas, políticas, culturais e tecnológicas da sociedade. As tecnologias de informação e comunicação inserem-se nas escolas, que assimilam uma cultura digital próprio do século XXI. Assim, as propostas curriculares são discutidas sob a égide da fundamentação de uma base nacional comum, que, desde a Constituição Federal de 1988, é apresentada como ideal a ser atingido.

Fato é que, no Brasil, a diversidade cultural e as acentuadas desigualdades sociais denotam que a equidade na educação demanda currículos singulares e ajustados a cada rede, sistema e instituição escolar. Sob este prisma, a escola democrática “pressupõe que todos tenham seus anseios minimamente supridos ou acolhidos; que todos sejam considerados sujeitos de direitos, isto é, cidadãos; que todos se sintam parte e que façam parte da escola” (PAIXÃO; GUIMARÃES-IOSIF, 2014, p. 5).

E, sendo a igualdade apalavrada em nível nacional, a equidade concretiza-se nas decisões curriculares e didático-pedagógicas das Secretarias de Educação e no planejamento do trabalho anual dos estabelecimentos de ensino, considerando tanto as necessidades, as possibilidades e os interesses dos alunos como suas identidades linguísticas, culturais e étnicas. Por isso importar a conexão entre a BNCC e os currículos e, nas mais diversos setores da federação, de um intenso regime de colaboração entre os atores educacionais (BNCC, 2016).

Nesse quadro, Moran (2009) entende que, no planejamento didático com emprego das TICs, prepondera uma organização aberta e flexível quando projetos são trabalhados a partir de experiências assimiladas. Logo, ao elaborarem um planejamento didático, professores devem estar cientes de que é preciso saber optar pelo que melhor possa atender aos estudantes em conformidade com a realidade atual.

A BNCC propõe anexar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos e preferencialmente de forma integradora e transversal.

Temas transversais são um conjunto de conteúdos educativos e eixos condutores da atividade escolar que, não estando ligados a nenhuma matéria particular, pode se considerar que são comuns a todas, de forma que, mais do que criar novas disciplinas, acha-se conveniente que seu tratamento seja transversal num currículo global da escola. (YUS, 1998, p. 17)

Destacam-se, entre esses temas: direitos das crianças e adolescentes, educação para o trânsito, preservação do meio ambiente, educação alimentar e nutricional, processo de

envelhecimento, respeito e valorização do idoso, educação em direitos humanos, bem como saúde, sexualidade, vida familiar e social, educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural. Essas temáticas, na BNCC, são contempladas em habilidades de todas as partes curriculares, sendo da alçada dos sistemas de ensino e escolas, conforme suas possibilidades e suas especificidades, tratá-las de modo contextualizado.

Esses temas, além de conceitos, expressam valores fundamentais à cidadania e à democracia, correspondendo a questões prioritárias para a sociedade contemporânea. Em específico,

O uso criativo das tecnologias pode auxiliar os professores a transformar o isolamento, a indiferença e a alienação com que costumeiramente os alunos frequentam as salas de aula, em interesse e colaboração, por meio dos quais eles aprendam a aprender, a respeitar, a aceitar, a serem pessoas melhores e cidadãos participativos (KENSKI, 2011, p. 103).

Os objetivos de aprendizagem dos componentes curriculares estabelecidos pela BNCC para a Educação Básica contemplam a aprendizagem e o desenvolvimento global do aluno. Neste contexto, pautado no acesso e na divulgação de informações com vistas à resolução de problemas, o uso de tecnologias digitais de comunicação e informação deve ser realizado, dentro e fora do ambiente escolar, de modo crítico, significativo e ético, segundo preceitos da própria BNCC.

Considerações finais

O desenvolvimento da pesquisa ensejou a plausibilidade de novos trabalhos, que poderão ser apensados à tese em construção. O estudo, nessa perspectiva, é ininterrupto, além de nos remeter para as políticas públicas que visam concretizar as propostas recomendadas na BNCC em relação às tecnologias.

Os estudos revelaram que os estudantes devem desenvolver competências gerais, que incluem o exercício da curiosidade intelectual, o uso das tecnologias digitais de comunicação e a valorização da diversidade.

Dentre essas competências, tem destaque, em conformidade com a presente pesquisa, a utilização das tecnologias digitais de comunicação e informação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética, nas diversas práticas do cotidiano, incluindo as escolares, ao se comunicar,

acessar e disseminar informações, as quais são entendidas como de vital relevância no processo de formação do cidadão.

Referências

ALMEIDA, M.; RUBIM, L. **O papel do gestor escolar na incorporação das TIC na escola: experiências em construção e redes colaborativas de aprendizagem.** São Paulo: PUC-SP, 2004.

BRANDÃO, C.R. **O que é educação.** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União. 05 out. 1988.

13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

_____. **Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico]:** Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

_____. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC.** Disponível em: basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf. Acesso em: 14/09/2017.

GENTILI, P.; ALENCAR, C. (Orgs). **Educar na esperança em tempos de desencantos.** 4. ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2003.

GESSER, V. **Novas tecnologias e educação superior: Avanços, desdobramentos, Implicações e Limites para a qualidade da aprendizagem.** IE Comunicaciones: Revista Iberoamericana de Informática Educativa, n. 16, p. 23-31, 2012.

JORDÃO, Teresa Cristina. Formação de educadores: A formação do professor para a educação em um mundo digital. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. TV Escola. **Boletim Salto para o Futuro: Tecnologias Digitais na Educação.** Brasília, DF: MEC/SEED, 2009. p. 9-17.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e Tecnologias o Novo Ritmo da Informação.** 8. ed. São Paulo/Campinas: Editora Papyrus, 2011.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34, 2000.

LUCK, H. **Gestão educacional: uma questão paradigmática.** 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MORAN, José Manuel. Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas. In: MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas Tecnologias e mediação Pedagógica.** Campinas: Papyrus, 2000.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. (Ed.). **Novas tecnologias e mediações pedagógicas.** 13. ed. São Paulo: Papyrus, 2012.

PAIXÃO, G. A. M.; GUIMARÃES-IOSIF, R. M. **A gestão democrática e o desafio de gerir juntos os recursos da escola**. IV Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação / VII Congresso Luso Brasileiro de Política e Administração da Educação. Porto, Portugal, 2014. Disponível em:

<http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT1/GT1_Comunicacao/GleiceAlineMirandadaPaixao_GT1_completo.pdf>. Acesso: 07/09/2017.

PRATA, C. L.. Gestão escolar e as novas tecnologias. In: ALONSO, M. et al. **Formação de gestores escolares**: para a utilização de tecnologias de informação e comunicação. São Paulo, 2002.

SILVA, Marco. Sala de aula interativa: a educação presencial e a distância em sintonia com a era digital e com a cidadania. In: **Congresso Brasileiro da Comunicação, 24**. Anais do XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação. Campo Grande: CBC, set. 2010.

SOUZA, A|. R. **A pesquisa no campo da gestão da educação**: algumas reflexões sobre as relações entre produção do conhecimento e a prática da gestão educacional. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 3, n. 4, p. 81-94, jan./jun. 2009. Disponível em:

<<http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/103/292>>. Acesso: 07/09/2017.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VIEIRA, Rosângela Souza. **O papel das tecnologias da informação e comunicação na educação**: um estudo sobre a percepção do professor/aluno. Formoso - BA: Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), 2011. v. 10, p. 66-72.

YUS, Rafael. **Temas transversais**: em busca de uma nova escola. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.